

À
ESTRE SPI AMBIENTAL S.A.

Referência: Pregão Eletrônico Nacional NF 1313-24 - serviços de limpeza e manejo de resíduos sólidos das áreas e construções de propriedade da ITAIPU

Assunto: Impugnação - Resposta - Pedido parcialmente indeferido

Inicialmente, cumpre-nos esclarecer que a ITAIPU é empresa juridicamente internacional, instituída por Tratado celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai. Assim, a entidade é sujeita aos procedimentos de tutela representados em controles administrativos ou financeiros constantes das disposições pertinentes dos atos internacionais que a regem. Neste contexto, a binacional possui procedimentos próprios para os certames licitatórios que promove (em cumprimento ao prescrito no art. 28º do Estatuto da ITAIPU, Anexo A do Tratado), os quais se encontram disciplinados na Norma Geral de Licitação da ITAIPU (NGL).

A ITAIPU possui procedimentos próprios para os certames licitatórios que promove (Artigo XXVIII, do Estatuto da ITAIPU, Anexo A do Tratado), disciplinados na Norma Geral de Licitação da ITAIPU (NGL), aprovada pelo Conselho de Administração, órgão máximo na instância hierárquica, constituído paritariamente por brasileiros e paraguaios.

Portanto, as licitações realizadas pela binacional, diante da sua natureza jurídica peculiar, são regidas por sua NGL, conforme consta no subitem 2.3 do Caderno de Bases e Condições (CBC) do Pregão em apreço, não lhe sendo aplicáveis as leis internas do Brasil que disciplinam sobre licitações e contratações da Administração Pública, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal¹.

Feitas as considerações iniciais e analisado o teor da impugnação apresentada por V.Sa, passamos a responder a seguinte insurgência:

a) Do impedimento de licitar. Indevida vedação à participação de empresas em recuperação judicial. Violação ao princípio da competitividade:

Sustenta a licitante a necessidade de exclusão do subitem 2.13, letra “a” do CBC, que estabelece que pessoas físicas ou jurídicas sob regime de quebra ou insolvência civil, ou em recuperação judicial ou extrajudicial não poderão participar do certame ora impugnado.

¹ Não se aplica a Lei 8.666/1993 às alienações e às contratações de obras, serviços e bens realizadas por Itaipu Binacional. [ACO 1.904](#), rel. min. Marco Aurélio, j. 8-9-2020, P, DJE de 24-9-2020.

Itaipu Binacional. (...) Eventual fiscalização pelo Tribunal de Contas da União dar-se-á nos termos acordados em instrumento firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai. [ACO 1.905](#), rel. min. Marco Aurélio, j. 8-9-2020, P, DJE de 24-9-2020.

Pedido indeferido, na medida em que a Norma Geral de Licitações de ITAIPU possui previsão expressa acerca do subitem em questão:

(...) Art. 6º - Não poderão participar das licitações, celebrar convênios, nem contratar com a ITAIPU:

I - pessoas físicas ou jurídicas sob regime de quebra ou insolvência civil, ou em recuperação judicial ou extrajudicial;

Ao contrário do que sustenta a impugnante, as normas de direito interno não podem se sobrepor àquelas estabelecidas em tratado firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai - este foi o entendimento do C. STF no julgamento das Ações Cíveis Originárias 1.904, 1.905 e 1.957, que reconheceu que ITAIPU não é integrante da Administração Pública Brasileira.

b) Da vedação à participação de Empresas em Consórcio sem a devida justificação:

Pedido indeferido. A ITAIPU esclarece que a autorização para participação em consórcio é uma decisão discricionária, de conveniência e oportunidade da entidade, e será escolhida sempre que houver razões mercadológicas ou normativas internas, conforme estipulado no item 6.3 da IP-06 da Norma Geral de Licitações (NGL). No entanto, há empresas no mercado com capacidade técnica suficiente para executar os serviços de forma isolada. Sendo assim, o objeto não apresenta necessidade justificável, seja por custos, complexidade ou diversificação das obras, serviços e equipamentos. Portanto, reitera-se que uma empresa isolada é perfeitamente capaz de atender ao objeto ora licitado.

c) Da ausência de indicação de prazo para aprovação da medição. Necessidade de previsão contratual de possibilidade de aceite tácito de medições:

Pedido deferido. Gentileza atentar-se ao item II do Aditamento 2.

d) Da ausência de previsão de incidência de correção monetária em caso de inadimplemento da Contratante:

O normativo da Itaipu não prevê correção monetária e nem juros de mora nos instrumentos contratuais.

e) Da necessidade de adequação da fórmula de reajuste para fórmula paramétrica:

O normativo da Itaipu não prevê a utilização de fórmula paramétrica nos instrumentos contratuais.

Por fim, solicitamos a gentileza confirmar o recebimento desta correspondência no campo abaixo, devolvendo-a ao e-mail comprasfoz@itaipu.gov.br.

Atenciosamente.

Daniele Tassi Simioni Gemael
Superintendente de Compras

Confirmo o recebimento:

(identificação e assinatura)

Data: ____/____/____

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinatura/Firma Digital - Itaipu Binacional. Para verificar as assinaturas, clique no link <https://pad.itaipu.gov.br/Verificar/FFB2-EC80-AB39-DC49> ou visite o site <https://pad.itaipu.gov.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: FFB2-EC80-AB39-DC49



Hash do Documento

8EBC476C5B7A941A7D7A527C3FBBB8335612205F8BE037F98A1D53733256ACD4

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 14/10/2024 é(são) :

☒ Daniele Tassi Simioni Gemael - 023.***.***-04 em 14/10/2024

17:33 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital